



---

RESENHA CRÍTICA  
\*\*\*  
CRITICAL REVIEW

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de Professores e religiões de matrizes africanas – um diálogo necessário**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2015<sup>1</sup>.

Fábio Falcão Oliveira<sup>2</sup>

A resenha proposta tem como objetivo apresentar diretrizes indispensáveis para o entendimento da pesquisa apresentada no livro *Formação de Professores e religiões de matrizes africanas – um diálogo necessário*, do pesquisador Erisvaldo P. dos Santos. Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto, cuja linha de pesquisa reside no campo da História da África e Cultura Afro-Brasileira, atuou como coordenador do GT-21 – Relações Étnico-raciais e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em educação – ANPED. A ideia central que se apresenta no livro contribui para entendermos o debate sobre religiões de matrizes africanas, no âmbito da educação brasileira.

Nos *Prefácios* da 1ª e 2ª edição, os doutores Nilma L. Gomes e João B. Libânio entendem que Santos proporciona uma abertura social e histórica para refletirmos sobre o estabelecimento de um diálogo necessário, no âmbito da formação dos professores, sobre as religiões de matrizes africanas. No *1º Prefácio*, a pesquisadora argumenta que a obra mostra como as religiões de

---

<sup>1</sup> Agradecimentos ao Dr. Erisvaldo P. dos Santos que, quando pedi para ler esta resenha, o fez com dedicação, e contribuiu com apontamentos significativos ao fechamento do texto.

<sup>2</sup> Docente da UNEMAT, em Pós-doutoramento PPGEL, sob a supervisão do Prof. Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva.





matrizes africanas se apresentam na esfera escolar, levando-nos a “refletir sobre sua localização na linha abissal traçada entre os diferentes mundos e seus resultados na prática pedagógica e na formação de professores”. Esses diferentes mundos, lembrados pela pesquisadora citada, é a religião judaico-cristã que busca sua hegemonia e coloca do outro lado da linha, outras matrizes que são renegadas e tachadas de ocultismo, selvageria ou feitiçaria, sendo invisibilizadas e esquecidas.

No 2ª *Prefácio*, João B. Libânio (p.18), apesar de confessar “não ser um especialista” nestas questões, mostra serenidade e articulação plausíveis para falar da relação das matrizes africanas no campo educativo. Com os pés no chão, Libânio entende que a desconfiança e desconhecimento das classes dominantes do Brasil levaram esta herança cultural de matrizes africanas a cair na falta de compreensão e tolerância; desse modo, torna-se mais fácil estudar o nazismo de Hitler do que entender a contribuição da religião de matrizes africanas à cultura brasileira.

De qualquer forma, deve-se haver respeito em relação à prática religiosa das comunidades que vivenciam esta forma cultural, bem como, tal modo de perceber o sagrado. Para Libânio (p. 19), esta obra oferece diretrizes para caminharmos ao entendimento da fina reflexão que nos levará a aprender com as religiões de matrizes africanas, de modo que “o presente livro contribui de várias maneiras para essa postura de abertura da Sociedade e do Estado em face do ensino e das práticas religiosas nos espaços públicos”.

O livro é dividido em 5 capítulos e tem o total de 185 páginas, contando-se as Referências Bibliográficas. O primeiro capítulo, intitulado *Compreendendo as Religiões Brasileiras de Matrizes Africanas a Partir da Experiência Comunitária*, o autor promove o eixo norteador para o entendimento da mística sagrada das religiões de matrizes africanas. Os demais capítulos, a saber, *O Candomblé*, *Sobre Deus e as Divindades*, *A vida*





*e a força vital, Sobre a assistência religiosa, Sobre as oferendas e o sacrifícios ritual, Sobre a incorporação religiosa e Sobre as decisões no Candomblé*, são tópicos da primeira parte da obra, que oferece ao leitor a imersão no mundo sagrado das matrizes em estudo.

Para Santos (p. 39), o desenvolvimento desta pesquisa pode contribuir para a formação dos professores comprometidos com a valorização da diversidade religiosa. Nessa direção, ele propõe um ensaio sobre a mística e poética das religiões brasileiras de matrizes africanas, a fim de traçar, de forma metódica, os caminhos para entender a relação do indivíduo com o sagrado. Lembra-nos, no seu texto, que “as questões colocadas por professores (as) estão respondidas aqui de forma exaustiva”.

O pesquisador entende que as religiões hegemônicas forçam e desqualificam o conteúdo das religiões de matrizes africanas. O Candomblé e a Umbanda aparecem, para Santos (p. 40), como as religiões mais antigas do Brasil, que sobrevivem na forma de sombreamento, proposto pelas religiões do deserto (a judaico-Cristã). Santos afirma que as religiões brasileiras de matrizes africanas conseguiram com muito esforço e disposição salvaguardar suas diretrizes diante da tirania camuflada das religiões do deserto. Isso só foi possível porque o Candomblé e a Umbanda conseguiram firmar nas raízes da sua experiência religiosa a “dimensão social” e “dimensão comunitária” (p. 41).

O sacerdote de matrizes africanas conseguiu apresentar-se, segundo Santos (p. 41), como mediador entre a dimensão social e comunitária, acrescentando ainda a mediação entre o indivíduo e o sagrado movente – aquele que move o grupo. Na tradição mística do Candomblé, Santos (p. 41) informa que esta tradição é oral e não tem livro como na cultura do deserto (judaico-cristã) - não se move no círculo da literatura. Porém, a força das





religiões de matrizes africanas apresenta-se nas antigas narrativas que foram traduzidos em diversas línguas, são eles os *Itãanse* os *Orikis* dos Iorubás.

A beleza dessas religiões se manifesta na oralidade e nos livros testemunhais (*Itãanse Orikis*) dos Iorubás. Santos (p. 41) é enfático em afirmar que, “no entanto, ainda não estão acessíveis ao ‘povo santo’, em sua grande maioria, gente de pouca formação ou sem hábito de leitura”.

As religiões em estudo desvelam várias ramificações, entre elas, está destacado nesta obra dois pontos significativos: Candomblé de Angola (tradição Banto) e Candomblé Jeje (tradição Fon), cujas divindades operantes e cultivadas são da região da Nigéria, Togo, Angola, Congo e Benin.

Santos (p.42) mostra que a relação do Candomblé com a religião Católica vem desde o tempo da escravidão. Assim, como nos dias atuais, a Umbanda se relaciona misticamente com o Espiritismo kardecista, o Candomblé durante a escravidão no período colonial abraça elementos católicos. Muitos adeptos do Candomblé para que eles se tornem membros dessa religião deveriam ser batizados na Igreja Católica e cultivar sem preconceito os santos católicos como símbolo de devoção e força.

A pesquisa apresentada na obra oferece uma proposta de relação íntima entre o indivíduo e o mundo movente, onde se dá à poética e a mística da religião afro-brasileira. Em seguida, Santos oferece, da página 44 a 58, uma cartilha sobre os principais pontos da antiga mística religiosa do Candomblé. O autor escreve em forma de lições, pontuando numericamente cada passagem e ritual das religiões de matrizes africanas.

O segundo capítulo, intitulado *A educação e as Religiões de Matrizes Africanas: Motivo e Intolerância*, trabalha três pressupostos básicos: (a) a escola e sua relação no espaço/tempo, no que diz respeito da formação das identidades socioculturais; (b) os segmentos, atitudes de intolerância e preconceito na sociedade brasileira; (c) como as religiões do deserto (judaico-





cristã) satanizam e impossibilitam o ritual das religiões e matrizes africanas no Brasil, promovendo a discriminação.

Para Santos (p.62), “em nosso país, pelo menos, mais de uma expressão religiosa, cuja raiz encontra-se no vasto continente Africano. Trata-se de um legado dos povos que foram trazidos da África, como escravo, durante mais de três séculos”. Santos (p. 63) entende que estas religiões conseguiram resistir à intolerância e perseguição - que vem desde os tempos do senhor de engenho até nossos dias.

Segundo Santos (p. 65), em sua pesquisa de campo, quando perguntou aos educadores se no espaço escolar havia preconceito aos adeptos religiosos pertencentes a essas matrizes, a resposta foi sim. E este preconceito apresentava-se em forma de “brincadeiras e alunos que apelidavam algum colega de macumbeiro, preto feiticeiro, mandingueiro ou simplesmente diziam que o fulano era espírita” (p. 66).

O primeiro ponto (a) de discussão corrobora com o segundo (b) e com o terceiro ponto (c), pois a pesquisa mostra que a discriminação se apresenta na escola em forma de “brincadeiras” tidas como normais ou isoladas entre os educadores. Ele constatou que os alunos pertencentes a essas religiões continuavam sendo vítimas da discriminação. Pelo que foi constatado em sua pesquisa, Santos (p. 67) informa que “o preconceito pode ser deduzido das informações que as pessoas guardam sobre a horrorização do Candomblé e dos centros de Umbanda, como experiência religiosa do mal”.

Ele mostra, que a intolerância religiosa que se destaca na religião do deserto (judaico-cristã) cultiva o medo e leva e crianças a não assumirem sua identidade na escola por medo. Sofrendo preconceitos, elas escondem suas raízes (p. 68). Neste sentido, a obra acaba criando uma necessidade de abordar os conteúdos “religiosos” de matrizes africanas no âmbito escolar. Oferecendo o reconhecimento e a legitimidade digna sem preconceitos ou





disparidades: “Embora a Igreja Católica tenha produzido documentos sinalizando uma mudança de atitude, não se pode esperar uma transformação automática, em razão daquilo que, na historiografia, passou a se chamar de longa duração da mentalidade” (p. 72).

Uma mentalidade preconceituosa que resiste diante da formação “sócio religiosa brasileira”, que se mantém (“duração da mentalidade”) e resiste formando a “horrorização”. Santos (p. 72) enfatiza que diante deste processo histórico da duração da mentalidade, a CNBB em 1976, publicou o documento de orientação da “Macumba e dos Cultos Afro-Brasileiros” com o objetivo de mudar o posicionamento diante das religiões de matrizes africanas e obteve bons resultados por via das orientações pastorais. Mas, por outro lado, as Igrejas neopentecostais na década de 1980, organiza uma cruzada contra essas religiões disseminando o preconceito.

No capítulo *Igreja Católica e as Religiões de Matrizes Africanas no Brasil após o Concílio Vaticano II: a questão da Intolerância*, Santos (p.92) entende que é um problema crucial e objeto de reflexão o impacto causado pela religião neopentecostal. Isso porque o neopentecostalismo promove uma propaganda de demonização das religiões em questão. Partindo do Vaticano II (1962 – 1965), Santos (p. 93) informa que seu desafio é refletir sobre os “impactos da adesão ao ecumenismo e da defesa da liberdade religiosa no campo afro-brasileiro, a partir dos documentos eclesiais, das orientações pastorais e reflexões desenvolvidas por teólogos e teólogas”.

Tomando por base principalmente a *Declaração Notra Aetatedo Vaticano II*, Santos (p.95) estabelece uma crítica e aponta que “supor uma mudança de atitude pastoral de um dia para outro, com base nas novas orientações conciliares para a pastoral católica, seria o mesmo que alimentar a expectativa de um automatismo” – levando em consideração este processo no âmbito “do ensino e aprendizagem”.





Santos (p.98) denuncia um “fosso entre normas e práticas pastorais no interior da Igreja Católica”. Segundo Santos (p.94) não há, do ponto de vista pedagógico, automatismo entre “aquilo que se ensina” e “aquilo que se aprende”. Isto é, a vivência da Igreja Católica desde os tempos da colônia brasílica mostra que, apesar de haver a bula *Immensa Pastorum* (1741) do Papa Bento XIV e muito antes dele a *Commissum Nobris* (1639) do Papa Urbano VIII, aplicava-se a excomunhão a todos que escravizassem, mantassem, vendessem e maltratassem escravos. Porém, os próprios padres da Companhia de Jesus, como exemplo, Alexandre de Gusmão (1624-1724), eram a favor de escravos para manutenção da instituição e faziam isso com pretexto de salvar as almas dos homens.

Santos (p.114) informa que ao analisar a proposta ecumênica do Vaticano II ele pode percorrer e avaliar as mudanças na sociedade e na educação; porém, a intolerância só aumentou, principalmente entre as igrejas neopentecostais que têm adeptos que pertenciam na sua grande maioria à Igreja Católica.

O que se encontra no discurso é a ostentação da superioridade das matrizes judaico-cristãs, cultivando a intolerância e o preconceito em relação as religiões de matrizes Africanas. Para Santos (p.114), deve-se pensar na educação como prática de um horizonte harmônico, e, para isso, o campo da formação docente é crucial para guiar e orientar os professores nesta tarefa de conscientização e valorização dessas religiões e outras vertentes religiosas.

No capítulo *Afirmção identitária, espaços e símbolos da religiosidade de Matrizes Africanas em Belo Horizonte*, o autor identifica que na cidade houve grande desenvolvimento de terreiros de Candomblé e Umbanda, a partir da década de 1950. Como divindades protetoras e diretamente ligadas a liturgia de matrizes africanas estão Preto Velho e





Iemanjá. Santos (p.119) analisa as fontes orais e as literaturas de matrizes africanas brasileiras para estabelecer “um estudo sobre o negro no Brasil”. Ele (p. 124) lembra-nos que esses espaços e monumentos na cidade de BH são “muito mais do que uma concessão do poder público (...). Trata-se de uma conquista do segmento religioso de matrizes africanas” que, segundo o autor, “a partir da década de 1980, progressivamente passou a contar com o apoio e a mobilização do movimento social negro de Belo Horizonte”.

Os movimentos sociais negros aparecem em BH como símbolo de resistência. A mobilização negra alavancou os segmentos de matrizes africanas contra a discriminação racial na sociedade. Criou-se um *locus* de resistência contra o “embranquecimento” cultural e, ao mesmo tempo, conservaram a cultura africana resistindo ao racismo e a perseguição histórica (p. 124). Como ponto de partida histórico dos movimentos sociais negros na cidade de BH orgaizaram um *Seminário – Tradição dos Orixás, Religião e Negritude* que ocorreu no ano de 1984 e se apresentou como proposta de continuidade e compromisso dos debates feitos na *II Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e sua Cultura* que aconteceu em Salvador-BA, no ano de 1983.

Articulando o tema sobre formação dos afro-brasileiros, do qual o autor usa o conceito de “Negritude”, realizou-se em BH o movimento negro, que, segundo Santos (p. 125), proporcionou a aproximação do “movimento social negro de BH”, com a “Federação Espírita e Umbandista de Minas Gerais” e com “as comunidades de matrizes africanas”. Para Santos (p.127), a falta de pesquisa e a ausência de publicações proporciona a falta de conhecimento da população, que de forma discriminativa, aderiu ao discurso dos agentes preconceituosos. Além disso, quatro motivos levaram ao desinteresse sobre o tema das matrizes religiosas africanas.







O primeiro (a) “está relacionado à maneira como os ideais republicanos de modernização, progresso e eugenia foram assimilados pelos segmentos sociais” (p. 127) – de maneira racista. Isso se for levado em consideração, segundo Santos (p. 127), o que o Ministro Osvaldo Aranha disse ao encontrar-se com Ruth Landes quando afirmou a necessidade de: “expurgar o sangue negro e embranquecer a raça brasileira”. O segundo motivo (b) a ausência de ousadia por parte dos umbandistas e candomblecistas que não se propuseram “enfrentar os dispositivos de controle” (p. 128). O terceiro motivo (c) a forte crença e influência do catolicismo em BH. Santos (p. 128-129) percebe que este motivo nos traz um dado histórico, a população considerada negra e mestiça, que morava no Curral D’El Rei, foi expulsa da região central de BH e enviada para periferia, no contorno urbano da cidade ficando invisível – oferecendo um ar de esquecimento. O quarto motivo (d) refere-se aos principais estudos das décadas de 1930 até 1950, que tratavam a mística de matrizes africanas e toda sua liturgia como algo “que deveria ser expurgado, tal como o sangue negro” (p. 129).

Santos (p.131) aponta para forte posição “identitária” da imagem dos mais velhos nas culturas africanas e a necessidade da transmissão dos ritos sagrados como despertar e renovação do indivíduo. E a imagem dos anciões termina caindo no esquecimento quando os educadores, sem formação adequada, acabam sendo tentados a propagar os valores judaico-cristãos. Para Santos com a aprovação da Lei 10.639/03 levaria as novas gerações entenderem e conhecerem a história da Cultura Afro-brasileira, oferecendo a inclusão dos conteúdos na formação dos professores no Brasil.

Assim, esta tradição anciã, que agora poderá ser conhecido pela Lei 10.639/03, é personificada na estátua de Preto Velho em BH. Santos (145-146), de forma incansável, mostra que dia 13 de maio comemoraríamos o dia do Preto Velho na cidade de BH e isso pode ser compreendido como um





momento de reflexão e tradição passada de geração a geração por via da memória. E quando observamos, segundo Santos (p. 146), os sobrenomes que vigoram nos centros de manifestação religiosa em BH, conseguimos entender uma valorização que vai até o continente Africano, exemplo: “Pai Joaquim de Angola, Pai José de Moçambique, Pai Cipriano Rei de Congo, Pai de Guiné, Maria de Luanda, Mão Cambinda”. Os sobrenomes de países, lugares e pessoas informam o *locus* e sua africanidade ritualista sagrada.

No capítulo *Educação das relações Étnico-Raciais e a intolerância contra as Matrizes Religiosas africanas no Brasil*, Santos (p.151) afirma que existe uma forma de defender o diálogo entre os indivíduos que promove a paz e o caminho em direção dos direitos humanos. No campo da educação, podemos entender as relações étnico-raciais, tentando minar o problema da intolerância.

Em sua pesquisa sobre a problemática do preconceito disseminado no âmbito escolar, Santos (p. 152) lembra que muitas crianças ficam em silêncio, diante dos ataques sofridos na escola, fazendo com que os mitos, cerimônias, rituais e liturgia das religiões das matrizes em pesquisa sejam demonizadas. E a escola, segundo Santos (p. 152-153), “por sua vez pode até tentar abafar e silenciar esses conteúdos, mas a exigência legal de ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar estabelecida pela Lei Federal 10.639/03” oferece aos educadores a possibilidade de tratarem positivamente o sujeito sociocultural que cultiva as religiões de matrizes africanas. Santos (p. 159) traz neste capítulo um caminho que explica a intolerância religiosa no Brasil e percebe que o que está diretamente ligado ao discurso de poder e preconceito é “o fundamentalismo religioso”. Um fundamentalismo exagerado e preocupado com o mercado e o capital financeiro que provoca uma mudança de caráter nos indivíduos.





Santos (p. 159 – 160) lembra que muitas igrejas tradicionais tentam lutar contra esse fundamentalismo exagerado, a exemplo da Igreja Presbiteriana e a Igreja Metodista. Nestas Igrejas, surge um movimento de pastores que defendem a luta contra a intolerância religiosa. Chamando para o diálogo o pensamento de Jonh Rawls, Santos (p. 166) aplica, ainda que de forma breve, o conceito de direito de igualdade, lembrando que “cada pessoa deve insistir no direito igual de decidir quais suas obrigações religiosas”.

Defendendo uma liberdade assegurada pela justiça informa que a *Constituição do Brasil* dá plena liberdade de culto, tanto para os neopentecostais como para as religiões de matrizes africanas. E Santos conclui este capítulo apontando 3 recomendações para os educadores oferecido pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que podem ser resumidas rapidamente em: I - Elemento de problematização da escola: Quando o professor não assumi, no seu processo de formação, nenhuma perspectiva religiosa, não significa negar as convicções religiosas; II – Demonstrar para os educadores que os mitos, ritos, liturgia religiosa são patrimônios da humanidade devendo-se valorizar seja ela qual for e de qualquer religião; III – Convencer os estudantes de que o bom ordenamento jurídico é garantir o bem estar, a cooperação e o respeito para com todos os cidadão independente de credo, sexualidade e convicções.

E, por fim, Santos (p. 173 - 182) termina mostrando que sobre os mitos de Iroko e Ará-Kolé pode-se fazer uma interpretação interessante sobre as questões estudadas, cuja beleza lembra-nos que a gratidão e o diálogo são valores para que os homens percebam a diferença que constitui/ constrói o outro.

